



**POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS
COMANDO DA ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR
DIRETORIA DE ENSINO E PESQUISA
ESPECIALIZAÇÃO EM POLÍCIA E SEGURANÇA PÚBLICA**



GISELE NOLETO MOURA

**NÍVEL DE SEGURANÇA DO POLICIAL MILITAR FRENTE A UM
ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR**

GOIÂNIA-GO

2025

GISELE NOLETO MOURA

**NÍVEL DE SEGURANÇA DO POLICIAL MILITAR FRENTE A UM
ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR**

Artigo Científico apresentado como exigência para conclusão da disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso da Pós-Graduação em Polícia e Segurança Pública pelo Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás, sob a orientação do Prof. Cleber Carvalho Rodrigues.

GOIÂNIA-GO

2025

NÍVEL DE SEGURANÇA DO POLICIAL MILITAR FRENTE A UM ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR

SECURITY LEVEL OF MILITARY POLICE IN PRE-HOSPITAL CARE

Gisele Noleto Moura¹
Cleber Carvalho Rodrigues²

Resumo

O atendimento pré-hospitalar (APH) constitui uma atribuição de grande importância para os policiais militares, onde esses profissionais frequentemente atuam como primeiros respondedores em situações de emergência, como acidentes de trânsito, confrontos armados e incidentes críticos em áreas urbanas ou rurais. Este artigo tem como objetivo geral verificar se o Policial Militar de Goiás possui segurança para aplicar técnicas de APH em cenários operacionais de risco, considerando os desafios impostos por condições adversas e a necessidade de proteger tanto a própria integridade quanto a das vítimas. A metodologia adotada foi quali-quantitativa, combinando análise bibliográfica e documental com pesquisa de campo realizada por meio de questionários estruturados aplicados a policiais militares via Google Forms. Os resultados indicaram que a maioria dos participantes recebeu treinamento em APH, com destaque para técnicas como controle de hemorragias e avaliação inicial da vítima, porém a aplicação prática em operações reais se mostrou limitada. Além disso, muitos policiais relataram sentir-se em risco durante o APH, apontando cenários instáveis, falta de equipamentos de proteção e ausência de apoio médico imediato como principais fatores. Apenas uma minoria considerou a formação oferecida totalmente suficiente, enquanto a maioria destacou a necessidade de mais horas de prática e equipamentos adequados. Conclui-se que a capacitação atual da PMGO não assegura condições seguras para a execução do APH, recomendando a implementação de treinamentos táticos simulados, a adoção de protocolos de APH Tático e parcerias com o SAMU para fortalecer a preparação dos profissionais e melhorar a qualidade do atendimento prestado à população goiana.

Palavras-chave: Atendimento Pré-Hospitalar; Polícia Militar; Segurança Operacional; Capacitação Policial; Goiás.

Abstract

Pre-hospital care (APH) represents a highly significant responsibility for military police officers, where these professionals frequently serve as first responders in emergency situations such as traffic accidents, armed confrontations, and critical incidents in both urban and rural areas. This article aims to assess whether Goiás Military Police officers possess the security to apply APH techniques in high-risk operational scenarios, taking into account the challenges posed by adverse conditions and the need to protect both their own integrity and that of victims. The methodology adopted was quali-quantitative, combining bibliographic and documentary analysis with field research conducted through structured questionnaires distributed to military police officers via Google Forms. The results indicated that most participants received APH training, with an emphasis on techniques such as hemorrhage control and initial victim assessment, though practical application in real operations proved

¹ Aluna do Curso de Formação de Praças – 1ª Turma/2025, Especialização em Polícia e Segurança Pública do Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás, Email: giselenoletomoura@gmail.com. Telefone: (62) 99860-9852.

² Orientador. Professor da Especialização em Polícia e Segurança Pública do Comando da Academia de Polícia Militar. 3 SGT 35.337. Direito trabalhista. Pós graduado em docência. Email: cleber_carvalho09@hotmail.com

limited. Additionally, many officers reported feeling at risk during APH, citing unstable scenes, lack of protective equipment, and absence of immediate medical support as primary factors. Only a minority considered the provided training fully sufficient, while the majority highlighted the need for more practice hours and adequate equipment. It is concluded that the current PMGO training does not ensure safe conditions for APH execution, recommending the implementation of simulated tactical training, the adoption of APH Tactic protocols, and partnerships with SAMU to enhance officer preparedness and improve the quality of care provided to the Goiás population.

Keywords: Pre-Hospital Care, Military Police, Operational Safety, Police Training, Goiás.

1 INTRODUÇÃO

O atendimento pré-hospitalar (APH) constitui uma atribuição relevante no âmbito da segurança pública, especialmente para os policiais militares, que frequentemente são os primeiros a intervir em situações de emergência, como acidentes de trânsito ou confrontos armados. Nessas circunstâncias, a atuação imediata pode ser decisiva para preservar vidas, conforme reconhecido pela Portaria nº 2048/2002 do Ministério da Saúde, que inclui agentes de segurança pública entre os responsáveis pelo APH, sobretudo em locais de difícil acesso para equipes de saúde. Tal responsabilidade, no entanto, exige uma capacitação que alie técnica e proteção ao profissional, considerando os riscos inerentes às operações policiais.

A relevância do treinamento em APH para os policiais militares se manifesta na capacidade de atender às demandas emergenciais com maior eficiência, contribuindo para a segurança da população goiana. Em situações como acidentes em rodovias rurais ou incidentes urbanos, a pronta intervenção pode diminuir o número de óbitos e lesões graves, fortalecendo a percepção positiva da corporação. O preparo adequado reduz a necessidade de medidas extremas, promovendo uma atuação alinhada aos princípios de direitos humanos e à preservação da ordem pública (Gomes et al., 2023).

A formação em APH para policiais militares tem avançado ao longo do tempo, incorporando aspectos de direitos humanos e ética, como destaca Oliveira (2024), que defende um ensino voltado para a segurança e o bem-estar do profissional. Estudos como o de Albino (2024) indicam que o APH Tático, utilizado em operações de alto risco, demanda protocolos específicos, como a avaliação da cena e o uso de equipamentos adequados, para reduzir a exposição do policial a perigos.

No caso da Polícia Militar do Paraná, Pinheiro e Campos (2020) observam que a inclusão do APH nos cursos de formação de soldados aumentou a confiança dos profissionais em emergências, embora a aplicação prática em situações reais ainda revele desafios. Em

Goiás, Reis e Vilarinho (2021) analisam a matriz curricular da Academia de Polícia Militar e apontam a presença de conteúdos de APH, mas questionam se a carga horária e a abordagem prática atendem às exigências de cenários operacionais complexos.

A justificativa deste trabalho reside na constatação de que a falta de preparo adequado para o APH em contextos de risco pode comprometer a integridade física e psicológica do policial, além de afetar a qualidade do atendimento prestado à população goiana. Oliveira (2024) argumenta que uma formação insuficiente impacta diretamente a saúde do profissional, com reflexos negativos no serviço oferecido.

Diante disso, surge a necessidade de avaliar se o treinamento atual garante condições seguras para o Policial Militar de Goiás desempenhar o APH, especialmente em situações que envolvem pressão e incerteza. A questão central que orienta esta pesquisa é: a capacitação em APH oferecida pela instituição proporciona ao Policial Militar de Goiás a segurança necessária para aplicar essas técnicas em cenários operacionais de risco?

O objetivo geral deste estudo é verificar se o Policial Militar de Goiás possui segurança para utilizar as técnicas de APH ensinadas pela instituição. Para tanto, busca-se atender a três objetivos específicos: identificar as técnicas de APH ensinadas e os protocolos institucionais que orientam sua aplicação em operações; analisar os principais riscos enfrentados pelos policiais durante o APH, considerando as condições operacionais e os tipos de emergência; e verificar se a formação oferecida contempla medidas que protejam o profissional, com atenção aos princípios éticos e de direitos humanos.

A abordagem metodológica será quali-quantitativa, combinando análise bibliográfica e documental – como o Procedimento Operacional Padrão da PMGO (2023) – com pesquisa de campo, por meio de questionários aplicados a policiais militares, para compreender suas percepções sobre os riscos e a adequação do treinamento recebido.

2 REVISÃO TEÓRICA

O atendimento pré-hospitalar (APH) constitui uma atribuição operacional estratégica no âmbito da segurança pública, frequentemente desempenhada por policiais militares em cenários de emergência que demandam resposta imediata para a preservação da vida. Seja em sinistros viários, confrontos armados ou incidentes críticos, o policial militar assume um papel de vanguarda, atuando como primeiro respondedor em situações onde a intervenção precoce é determinante. No contexto brasileiro, essa competência é respaldada pela Portaria nº 2048/2002

do Ministério da Saúde, que legitima a participação de agentes de segurança pública no APH, especialmente em áreas de acesso restrito às equipes de saúde.

Silva et al. (2010) delineiam a trajetória histórica desse processo, evidenciando a transição do APH de uma prática assistencial espontânea para um modelo institucionalizado ao longo das últimas décadas. Os autores apontam que, desde os anos 1990, a integração de policiais e bombeiros ao sistema de atendimento emergencial respondeu à necessidade de capilaridade nas ações de socorro, mas trouxe consigo a exigência de capacitação técnica e operacional que contemple a segurança do operador em ambientes hostis.

A execução do APH no âmbito policial transcende o simples ato de prestar socorro, inserindo-se em uma dinâmica operacional complexa que exige coordenação e segurança tática. Bail e Lazarotto (2024) analisam a integração entre Polícia Militar e Corpo de Bombeiros em incidentes com múltiplas vítimas em centros urbanos, propondo uma divisão funcional de competências: à polícia cabe a estabilização da cena, garantindo o controle do perímetro e a mitigação de ameaças secundárias, enquanto os bombeiros concentram-se na triagem e no atendimento médico direto. Essa sinergia, segundo os autores, otimiza o tempo de resposta e reduz a exposição dos operadores a riscos adicionais.

Cemim e Neto (2024) aprofundam essa perspectiva ao examinarem a integração do APH como uma capacidade operativa intrínseca às forças policiais. Eles destacam que a ausência de articulação efetiva com os serviços de saúde aumenta a vulnerabilidade do policial militar, que se vê compelido a atuar em cenários críticos sem suporte médico imediato, evidenciando a necessidade de protocolos institucionais robustos que priorizem a segurança do operador durante a execução do atendimento.

A capacitação em APH oferecida aos policiais militares é um elemento central para avaliar sua segurança em operações reais. Pinheiro e Campos (2020) investigam a inclusão do APH na formação de soldados da Polícia Militar do Paraná, constatando que o currículo abrange técnicas fundamentais, como controle de hemorragias externas, imobilização de fraturas e reanimação cardiopulmonar. Os autores observam que essa instrução fortalece a confiança dos praças em situações emergenciais, mas identificam uma lacuna significativa na transição para o ambiente operacional, onde a ausência de treinamentos simulados em condições adversas compromete a aplicabilidade prática.

No contexto da Polícia Militar de Goiás, Reis e Vilarinho (2021) examinam a matriz curricular do Curso de Habilitação de Oficiais Auxiliares, confirmando a presença de conteúdos relacionados ao APH, incluindo diretrizes básicas de primeiros socorros e protocolos de intervenção. Contudo, os autores questionam a suficiência da carga horária e da abordagem

prática, sugerindo que a predominância de aulas teóricas pode não preparar adequadamente os oficiais para a imprevisibilidade e os riscos inerentes às operações de campo.

Junior, Antunes e Almeida (2022) ampliam essa análise com uma revisão integrativa sobre a formação em primeiros socorros nas polícias militares brasileiras. Eles apontam que o treinamento inicial, embora essencial, é frequentemente descontinuado, carecendo de reciclagens periódicas que mantenham as competências atualizadas frente às demandas operacionais contemporâneas. A escassez de simulações táticas realistas – que repliquem cenários como confrontos armados ou sinistros em vias públicas – limita a capacidade do policial de responder com eficácia e segurança em situações críticas.

Silva (2024) oferece um contraponto ao estudar o Curso de Patrulhamento Tático Motorizado (PATAMO) da PM do Paraná, onde o APH é integrado ao treinamento tático avançado, incluindo técnicas de atendimento sob ameaça iminente. Contudo, esse modelo é restrito a unidades especializadas, não alcançando o contingente geral da corporação. Na PMGO, o Procedimento Operacional Padrão (2023) será analisado para verificar se estabelece diretrizes específicas para o APH em operações, como avaliação de risco da cena e procedimentos de segurança, mas sua extensão e aplicabilidade prática permanecem como incógnitas a serem exploradas neste estudo.

Uma vertente promissora para o APH policial é o APH Tático, desenvolvido para atender às especificidades de operações de alto risco. Albino (2024) descreve o APH Tático como um conjunto de protocolos adaptados a contextos extremos, como zonas de conflito ou áreas urbanas instáveis, onde o policial deve priorizar a segurança da cena antes de iniciar o atendimento. O autor destaca técnicas como a aplicação de torniquetes para controle rápido de hemorragias e a triagem sob pressão, enfatizando que a capacitação nesse modelo exige foco na autoproteção do operador, um aspecto necessário para reduzir a vitimização em serviço.

Loureiro, Neto e Silva (2025) conectam o APH Tático ao conceito de arrependimento eficaz em intervenções policiais, argumentando que a estabilização imediata de feridos por policiais pode mitigar a letalidade de operações, beneficiando tanto as vítimas quanto os profissionais envolvidos. Eles ressaltam, porém, que essa eficácia depende de um treinamento que ensine o policial a balancear o atendimento com a gestão de ameaças ativas, uma habilidade que exige prática contínua e recursos institucionais.

Gomes et al. (2023) apresentam uma iniciativa prática com o estágio de socorrista tático, um projeto institucional voltado à capacitação de profissionais de segurança pública. Eles relatam que o treinamento, baseado em simulações realistas de atendimento em cenários de combate, utiliza equipamentos como kits táticos de primeiros socorros e foca na redução da

vitimização do operador. Os resultados indicam que os participantes demonstraram maior confiança operativa e menor desgaste psicológico ao atuar em emergências, sugerindo que o APH Tático pode ser um modelo viável para a PMGO, desde que adaptado às condições locais e ampliado além das unidades especializadas.

Silva (2024) reforça essa possibilidade ao descrever o Curso PATAMO, onde o APH Tático é integrado às ações de patrulhamento, incluindo técnicas de extração de feridos sob fogo cruzado. Esses exemplos evidenciam que a capacitação tática avançada pode fortalecer a segurança do policial, mas sua implementação em larga escala enfrenta barreiras como custo, infraestrutura e acesso equitativo ao treinamento.

Os riscos operacionais associados ao APH policial são um fator determinante para avaliar a segurança do Policial Militar de Goiás. Volovicz (2021) analisa o atendimento pré-hospitalar pelo Corpo de Bombeiros do Paraná e identifica o estresse ocupacional como um impacto recorrente, decorrente da exposição a cenários descontrolados, da pressão para tomar decisões rápidas e da falta de suporte imediato. Embora focado nos bombeiros, o estudo reflete desafios comuns aos policiais, que frequentemente atuam em condições semelhantes, como intervir em sinistros viários sob tráfego intenso ou em áreas de confronto ativo.

Bail e Lazarotto (2024) detalham riscos específicos em incidentes urbanos, como a ausência de equipamentos de proteção individual adequados e a dificuldade de estabelecer um perímetro seguro, que aumentam a vulnerabilidade do policial durante o atendimento. Cemim e Neto (2024) complementam essa análise ao apontar que a descontinuidade entre o APH policial e os serviços médicos força o profissional a permanecer em situações de risco por períodos prolongados, elevando a probabilidade de incidentes secundários, como agressões ou acidentes.

Junior, Antunes e Almeida (2022) alertam que, na ausência de protocolos bem definidos, o policial recorre a decisões intuitivas, o que pode resultar em falhas operacionais ou exposição desnecessária a perigos. Esses riscos sublinham a necessidade de uma formação que não se limite a ensinar técnicas de socorro, mas que prepare o profissional para gerenciar ameaças concomitantes, garantindo sua integridade física e psicológica durante o atendimento.

As dimensões éticas e de direitos humanos na capacitação em APH adicionam uma perspectiva essencial à discussão, conectando a segurança do policial ao seu papel como agente de segurança pública. Oliveira (2024) argumenta que a formação policial deve priorizar o bem-estar do profissional, alinhando-se aos princípios de direitos humanos que asseguram sua saúde e dignidade no exercício da função. Ele destaca que a falta de preparo adequado constitui uma

forma de negligência institucional, expondo o policial a condições que comprometem sua qualidade de vida e, por extensão, a eficácia do serviço prestado.

Gomes et al. (2023) corroboram essa visão ao observar que o treinamento em APH Tático, quando estruturado com foco na segurança do operador, reduz o impacto psicológico de atuar em emergências, permitindo uma intervenção mais equilibrada e respeitosa com as vítimas. Junior, Antunes e Almeida (2022) complementam ao apontar que uma capacitação insuficiente pode levar a erros técnicos que violam os direitos das vítimas, como a aplicação inadequada de procedimentos que agravam lesões, contrariando os preceitos éticos da profissão.

Oliveira (2024) enfatiza que a valorização profissional, incluindo uma formação que contemple medidas de autoproteção, reflete o compromisso ético da instituição com seus quadros. Ele sugere que o policial bem treinado atua com maior serenidade, evitando ações precipitadas que possam prejudicar tanto a vítima quanto a si mesmo. Volovicz (2021) acrescenta que o estresse gerado pelo APH em condições adversas pode evoluir para problemas de saúde mental, como ansiedade crônica ou esgotamento profissional, evidenciando a necessidade de uma abordagem que considere o impacto humano da atividade

3 METODOLOGIA

Este estudo será conduzido por meio de uma abordagem quali-quantitativa, combinando análise bibliográfica, documental e pesquisa de campo para avaliar a segurança do Policial Militar de Goiás na aplicação de técnicas de atendimento pré-hospitalar (APH) em cenários operacionais. A escolha dessa metodologia permite uma compreensão ampla das técnicas ensinadas, dos riscos enfrentados e da adequação da formação oferecida pela instituição, alinhando-se ao objetivo geral de verificar se os policiais possuem condições seguras para desempenhar o APH em situações de risco.

A primeira etapa consiste na análise bibliográfica e documental, que terá como foco a identificação dos conteúdos e protocolos de APH presentes na formação da Polícia Militar de Goiás. Serão examinados documentos institucionais, como o Procedimento Operacional Padrão da PMGO (2023), para mapear as diretrizes que orientam a aplicação do APH em operações policiais. Além disso, a grade curricular da Academia de Polícia Militar de Goiás será analisada, com base em estudos como o de Reis e Vilarinho (2021), para verificar a presença, a carga horária e a abordagem prática dos conteúdos relacionados ao APH. A revisão bibliográfica incluirá fontes como Albino (2024), Oliveira (2024) e Pinheiro e Campos (2020),

que abordam a formação em APH e os desafios de sua aplicação em contextos policiais, fornecendo um embasamento teórico para a pesquisa.

A segunda etapa envolverá uma pesquisa de campo com a aplicação de um questionário estruturado, elaborado com perguntas fechadas, a ser distribuído via Google Forms a policiais militares lotados em um batalhão a ser definido pela Polícia Militar de Goiás. O objetivo é coletar dados sobre as percepções dos policiais acerca dos riscos enfrentados durante o APH, da adequação da capacitação recebida e da segurança proporcionada pela formação em situações operacionais. A amostra será composta por policiais, selecionados por conveniência, considerando a disponibilidade e a autorização institucional, com ajustes conforme a saturação das respostas.

Os dados coletados serão analisados de forma descritiva. As respostas quantitativas do questionário serão tabuladas em percentuais e apresentadas em tabelas ou gráficos, permitindo a identificação de padrões relacionados aos riscos e à percepção de segurança. As informações qualitativas, derivadas da análise documental e da literatura, serão organizadas por categorização temática, como “técnicas de APH ensinadas”, “riscos operacionais” e “medidas de segurança na formação”.

A integração dos dados será feita pela análise conjunta de informações quantitativas e qualitativas. As respostas dos questionários serão processadas estatisticamente para identificar padrões nas percepções de risco e adequação do treinamento, apresentadas em percentuais. As informações qualitativas, extraídas de entrevistas e documentos, serão organizadas por temas, como preocupações com segurança ou aspectos éticos.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa quali-quantitativa avaliou a segurança do Policial Militar de Goiás na aplicação de técnicas de atendimento pré-hospitalar (APH) em cenários operacionais de risco, utilizando análise bibliográfica, documental e respostas de 28 policiais militares a questionários estruturados aplicados via Google Forms.

Os dados quantitativos foram tabulados em percentuais, e os qualitativos, derivados de documentos como o Procedimento Operacional Padrão da PMGO (2023). A análise, dividida em três subseções, corresponde aos objetivos específicos: identificação das técnicas de APH e protocolos institucionais, análise dos riscos enfrentados durante o APH, e verificação das medidas de proteção e aspectos éticos na formação.

4.1 TÉCNICAS DE APH E PROTOCOLOS INSTITUCIONAIS

Dos 28 participantes, 71,4% (20) receberam treinamento em APH, enquanto 28,6% (8) não, indicando lacunas na capacitação. As técnicas mais mencionadas foram controle de hemorragias (60,7%, 17/28), avaliação inicial da vítima (60,7%, 17/28) e imobilização de fraturas (53,6%, 15/28), mas nenhum participante relatou treinamento em reanimação cardiopulmonar (RCP), sugerindo omissão curricular.

A aplicação do APH é limitada, com 50,0% (14/28) dos policiais utilizando-o raramente e 46,4% (13/28) nunca, refletindo insegurança ou baixa demanda operacional. O Procedimento Operacional Padrão da PMGO (2023) estabelece diretrizes para técnicas básicas, como controle de hemorragias, mas carece de protocolos específicos para cenários de risco, como a gestão de ameaças ativas.

Tabela 1: Treinamento e técnicas de aph ensinadas

Pergunta	Resposta	Percentual (n=28)
Treinamento em APH	Sim	71,4% (20)
	Não	28,6% (8)
Técnicas aprendidas	Controle de hemorragias	60,7% (17)
	Avaliação inicial da vítima	60,7% (17)
	Imobilização de fraturas	53,6% (15)
	Reanimação cardiopulmonar	0,0% (0)
	Nenhuma técnica específica	25,0% (7)
Frequência de aplicação	Sempre	0,0% (0)
	Frequentemente	3,6% (1)
	Raramente	50,0% (14)
	Nunca	46,4% (13)

Fonte: A Autora (2025).

A Tabela 1 sintetiza as respostas sobre treinamento, técnicas aprendidas e frequência de aplicação do APH, evidenciando que a maioria dos policiais foi treinada, mas a ausência de RCP e a baixa aplicação prática sugerem limitações na formação. Esses achados corroboram Reis e Vilarinho (2021), que questionam a suficiência da carga horária prática na PMGO, e indicam que os protocolos institucionais, conforme PMGO (2023), não abordam

adequadamente cenários complexos, alinhando-se à crítica de Albino (2024) sobre a necessidade de APH Tático.

4.2 RISCOS ENFRENTADOS DURANTE O APH

Dos participantes, 64,3% (18/28) já se sentiram em risco, com 14,3% (4/28) frequentemente e 50,0% (14/28) algumas vezes, enquanto 35,7% (10/28) nunca. Os riscos mais citados foram cenários instáveis, como trânsito ou tumulto (60,7%, 17/28), falta de equipamentos de proteção (53,6%, 15/28), exposição a agressores (25,0%, 7/28), e falta de apoio médico imediato (25,0%, 7/28). Apenas 14,3% (4/28) indicaram nenhum risco significativo, sugerindo que a maioria enfrenta condições adversas. A análise documental revela que o Procedimento Operacional Padrão da PMGO (2023) não apresenta medidas específicas para mitigar riscos, como a gestão de cenas instáveis ou proteção contra agressores, expondo os policiais a vulnerabilidades.

Tabela 2: Riscos enfrentados durante o APH

Pergunta	Resposta	Percentual (n=28)
Sentimento de risco	Sim, frequentemente	14,3% (4)
	Sim, algumas vezes	50,0% (14)
	Não, nunca	35,7% (10)
Riscos enfrentados	Cenário instável	60,7% (17)
	Falta de equipamentos de proteção	53,6% (15)
	Exposição a agressores	25,0% (7)
	Falta de apoio médico imediato	25,0% (7)
	Nenhum risco significativo	14,3% (4)

Fonte: A Autora (2025).

A Tabela 2 apresenta os percentuais de sentimento de risco e riscos enfrentados, destacando que cenários instáveis e falta de equipamentos predominam, com 64,3% dos policiais relatando insegurança. Esses dados alinham-se a Bail e Lazarotto (2024), que identificam a instabilidade de cenas urbanas como risco significativo, e a Cemim e Neto (2024), que apontam a falta de suporte médico como fator de vulnerabilidade, sugerindo que a formação da PMGO não prepara os policiais para gerenciar ameaças operacionais.

4.3 MEDIDAS DE PROTEÇÃO E ASPECTOS ÉTICOS NA FORMAÇÃO

Apenas 7,1% (2/28) consideraram a formação totalmente suficiente, enquanto 57,1% (16/28) indicaram limitações e 35,7% (10/28) a julgaram insuficiente. Sobre a avaliação da cena, 35,7% (10/28) aprenderam de forma prática, 35,7% (10/28) apenas teoricamente, e 28,6% (8/28) não receberam treinamento. A segurança do policial é priorizada para 71,4% (20/28), mas apenas 32,1% (9/28) plenamente, e 28,6% (8/28) discordam. Aspectos éticos foram abordados para 67,9% (19/28), mas 39,3% (11/28) superficialmente, e 32,1% (9/28) relatam ausência. As melhorias mais citadas são mais horas de prática (46,4%, 13/28) e equipamentos adequados (35,7%, 10/28). O Procedimento Operacional Padrão da PMGO (2023) menciona avaliação inicial, mas não detalha medidas de autoproteção ou ética, conforme análise documental.

Tabela 3: Medidas de proteção e aspectos éticos na formação

Pergunta	Resposta	Percentual (n=28)
Suficiência da formação	Sim, totalmente suficiente	7,1% (2)
	Sim, mas com limitações	57,1% (16)
	Não, insuficiente	35,7% (10)
Avaliação da cena	Sim, de forma clara e prática	35,7% (10)
	Sim, mas apenas teoricamente	35,7% (10)
	Não, não foi abordado	28,6% (8)
Segurança como prioridade	Sim, plenamente	32,1% (9)
	Sim, parcialmente	39,3% (11)
	Não, não considera	28,6% (8)
Abordagem ética	Sim, de forma detalhada	28,6% (8)
	Sim, de forma superficial	39,3% (11)
	Não, não aborda	32,1% (9)
Melhorias sugeridas	Mais horas de prática	46,4% (13)
	Equipamentos adequados	35,7% (10)
	Protocolos claros	10,7% (3)
	Nenhum aprimoramento	7,1% (2)

Fonte: A Autora (2025).

A Tabela 3 detalha as respostas sobre suficiência, proteção, ética e melhorias, evidenciando que a formação é majoritariamente insuficiente ou limitada, com lacunas na avaliação prática da cena e abordagem ética. Esses achados corroboram Junior, Antunes e Almeida (2022), que apontam a falta de simulações táticas, e Oliveira (2024), que critica a negligência com a segurança e ética na formação policial.

4.4 ANÁLISE GERAL

Os resultados atendem ao objetivo geral de verificar a segurança do Policial Militar de Goiás no APH, revelando que a capacitação oferecida pela PMGO não proporciona condições adequadas para cenários de risco, respondendo negativamente à questão problema. O objetivo específico de identificar técnicas e protocolos (4.1) foi cumprido, com 71,4% dos policiais treinados em técnicas como controle de hemorragias (60,7%), mas a ausência de RCP e a baixa aplicação (96,4% raramente/nunca) indicam lacunas curriculares e operacionais, conforme Reis e Vilarinho (2021).

A análise dos riscos (4.2) revelou que 64,3% dos policiais se sentem em risco, com cenários instáveis (60,7%) e falta de equipamentos (53,6%) predominantes, alinhando-se a Bail e Lazarotto (2024). A verificação das medidas de proteção e ética (4.3) mostrou que apenas 7,1% consideram a formação suficiente, com 28,6% sem treinamento para avaliar a cena e 32,1% sem abordagem ética, corroborando Oliveira (2024). A formação é percebida como limitada, com demandas por mais prática (46,4%) e equipamentos (35,7%), refletindo Junior, Antunes e Almeida (2022). A análise documental confirma que o Procedimento Operacional Padrão da PMGO (2023) carece de protocolos táticos, como os descritos por Albino (2024).

Para fortalecer a formação, propõe-se: (1) inserção de treinamentos táticos simulados periódicos, como os descritos por Gomes et al. (2023), para preparar os policiais para cenários reais; (2) adoção de protocolos de APH Tático em batalhões operacionais, conforme Albino (2024), priorizando a autoproteção; (3) criação de parcerias com o SAMU para formações conjuntas, reduzindo a falta de apoio médico (25,0%), conforme Cemim e Neto (2024); e (4) atualização dos POPs com foco na segurança do policial, conforme PMGO (2023) carece de detalhamento.

Essas medidas podem alinhar a formação aos princípios de direitos humanos, reduzindo a vitimização, conforme artigo 144 da Constituição Federal. Limitações incluem a

amostra de conveniência e a falta de acesso completo ao POP, sugerindo pesquisas futuras com maior abrangência.

5 CONCLUSÃO

A pesquisa conduzida possibilitou uma análise aprofundada da capacitação em atendimento pré-hospitalar (APH) fornecida pela Polícia Militar de Goiás (PMGO), com foco na segurança dos policiais militares em cenários operacionais de risco. A abordagem metodológica, que integrou análise bibliográfica, exame documental com base no Procedimento Operacional Padrão da PMGO (2023) e dados obtidos por meio de questionários aplicados a policiais militares, identificou deficiências significativas no treinamento vigente.

Apesar de a maioria dos participantes ter recebido instrução em técnicas como controle de hemorragias e avaliação inicial da vítima, a aplicação prática dessas competências em operações reais revelou-se limitada, evidenciando uma discrepância entre o conteúdo teórico e as exigências do contexto operacional. Adicionalmente, os relatos de insegurança foram frequentes, com os policiais apontando cenários instáveis, ausência de equipamentos de proteção individual e falta de suporte médico imediato como obstáculos à atuação segura. A percepção geral indicou que poucos consideraram a formação plenamente adequada, enquanto a maioria destacou a importância de aumentar as horas de prática e disponibilizar recursos apropriados.

Diante dos resultados, conclui-se que a capacitação atual da PMGO não oferece condições seguras para a realização do APH, comprometendo a integridade dos profissionais e a qualidade do atendimento prestado à população. Para atender a essas necessidades, sugere-se a introdução de treinamentos táticos simulados que reproduzam situações adversas encontradas em campo, a adoção de protocolos de APH Tático com ênfase na proteção do policial e o estabelecimento de parcerias com o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) para assegurar assistência em emergências.

Tais ações visam fortalecer a preparação dos policiais, minimizar riscos e aprimorar o serviço oferecido à comunidade goiana, alinhando-se aos princípios de direitos humanos e aos compromissos institucionais da corporação. Estudos futuros podem ampliar o escopo da amostra, avaliar os efeitos dessas medidas ao longo do tempo e investigar a incorporação de tecnologias de apoio ao APH, contribuindo para o aprimoramento contínuo da segurança pública.

REFERÊNCIAS

ALBINO, Gustavo Rodrigues Arruda. Aph Tático: Atendimento Pré-**Hospitalar Em Operações Militares**. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 10, n. 4, p. 1320-1334, 2024. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/13565> Acesso em 28 mar 2025

BAIL, Omar; LAZAROTTO, Adriano Cristiano. Integrando Polícia Militar e Corpo de Bombeiros: estratégias para atendimento eficiente em acidentes com múltiplas vítimas em centros urbanos. **Brazilian Journal of Development**, v. 10, n. 6, p. e70207-e70207, 2024. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/70207> Acesso em 28 mar 2025

CEMIM, Lucas; NETO, Angelo Nicola. Integração do Atendimento Pré-Hospitalar Policial. **Brazilian Journal of Development**, v. 10, n. 12, p. e76093-e76093, 2024. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/76093> Acesso em 28 mar 2025

GOIÁS. Polícia Militar. **Procedimento Operacional Padrão**. 4. ed. Goiânia: PMGO, 2023.

GOMES, Alexandro Marçal et al. Estágio de socorrista tático–projeto institucional de capacitação para redução da vitimização dos profissionais de segurança pública. In: **O CUIDADO EM SAÚDE BASEADO EM EVIDÊNCIAS**. Editora Científica Digital, 2023. p. 84-94. Disponível em: <https://www.academia.edu/download/103800496/230111868.pdf> Acesso em 28 mar 2025

JUNIOR, Celso Luiz Gonçalves; ANTUNES, Gisele Fronczaka; ALMEIDA, Jonel Mateus. O desafio da formação do policial militar em primeiros socorros no Brasil: uma revisão integrativa. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 10, p. e597111033165-e597111033165, 2022. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/download/33165/30448/401885> Acesso em 28 mar 2025

LOUREIRO, Antonio José Cacheado; NETO, Eurico Dias Teixeira; SILVA, Alan Max. A utilização do atendimento pré-hospitalar tático como instrumento de concretização do arrendimento eficaz em operações de intervenção policial. **Revista Políticas Públicas & Cidades**, v. 14, n. 1, p. e1501-e1501, 2025. Disponível em: <https://journalppc.com/RPPC/article/view/1501> Acesso em 28 mar 2025

OLIVEIRA, Paulo Tiego Gomes de. **Segurança Pública e Direitos Humanos - Formação, saúde, qualidade de vida e valorização pro fissional**. 1ª Edição – Volume 2. São Paulo: Literando Editora, 2024. Disponível em: <https://www.even3.com.br/seguranca-publica-e-direitos-humanos-formacao-saude-qualidade-de-vida-e-valorizacao-profissional-475222/> Acesso em 28 mar 2025

PINHEIRO, Silvania Lopes; CAMPOS, Terezinha Aparecida. Importância da disciplina de atendimento pré-hospitalar no curso de formação de soldados da polícia militar do estado Paraná–Brasil. **Cuadernos de Educación y Desarrollo**, v. 12, n. 3, 2020. Disponível em:

<https://ojs.cuadernoseducacion.com/ojs/index.php/ced/article/view/754> Acesso em 28 mar 2025

REIS, Elyézer de Paula; VILARINHO, Tatiane Ferreira. Análise Da Matriz Curricular Do Curso De Habilitação De Oficiais Auxiliares Do Estado De Goiás. **Revista Brasileira de Estudos de Segurança Pública**, v. 14, n. 2, 2021. Disponível em: <https://revista.ssp.go.gov.br/index.php/rebsp/article/view/531/263> Acesso em 28 mar 2025

SILVA, Elisangelo Aparecido Costa et al. Aspectos históricos da implantação de um serviço de atendimento pré-hospitalar. **Revista Eletrônica de Enfermagem**, v. 12, n. 3, p. 571-7, 2010. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/fen/article/view/10555> Acesso em 28 mar 2025

SILVA, Fabio Henrique Nunes. Curso de Patrulhamento Tático Motorizado (PATAMO): uma análise histórica e evolutiva do Curso PATAMO na Polícia Militar do Estado do Paraná e sua relevância na corporação. **Brazilian Journal of Development**, v. 10, n. 4, p. e68927-e68927, 2024. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/68927> Acesso em 28 mar 2025

VOLOVICZ, Thiago Haynner. Atendimento pré-hospitalar pelo corpo de bombeiros do estado do paraná e a relação da atividade para o desenvolvimento do estresse ocupacional. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 7, n. 1, p. 12-12, 2021. Disponível em: <https://scholar.archive.org/work/qy7mvgtyw5af3pbocmyiuqa4rm/access/wayback/https://periodicorease.pro.br/rease/article/download/435/244/890> Acesso em 28 mar 2025

APÊNDICE A

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E INFORMADO

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa intitulada “Nível de Segurança do Policial Militar Frente a um Atendimento Pré-Hospitalar”, conduzida por Gisele Noletto Moura, no âmbito da Especialização em Polícia e Segurança Pública da Polícia Militar de Goiás. O objetivo é avaliar se a formação em atendimento pré-hospitalar (APH) oferecida pela instituição garante segurança ao Policial Militar de Goiás em cenários operacionais de risco. Sua participação consiste em responder a um questionário com perguntas fechadas, que levará cerca de 10 minutos, aplicado via Google Forms.

Sua participação é voluntária e você pode desistir a qualquer momento, sem qualquer prejuízo. As respostas serão anônimas, sem identificação pessoal, e usadas apenas para fins acadêmicos, mantidas em sigilo. Os dados serão armazenados em local seguro e descartados após o término da pesquisa. Em caso de dúvidas, você pode entrar em contato com a pesquisadora pelo e-mail [inserir e-mail].

Se você concorda em participar, marque a opção “Sim” abaixo. Caso contrário, selecione “Não” e o questionário será encerrado.

☐ Sim, concordo em participar.

☐ Não, não desejo participar.

Questionário

1. **Você já recebeu treinamento em atendimento pré-hospitalar (APH) durante sua formação na PMGO?**

☐ Sim

☐ Não

2. **Quais técnicas de APH você foi treinado para aplicar? (Marque todas que se aplicam)**

☐ Controle de hemorragias

☐ Imobilização de fraturas

☐ Reanimação cardiopulmonar (RCP)

☐ Avaliação inicial da vítima

☐ Nenhuma técnica específica

3. **Com que frequência você aplica técnicas de APH em operações reais?**

☐ Sempre

☐ Frequentemente

☐ Raramente

☐ Nunca

4. **Você considera que a formação em APH recebida na PMGO é suficiente para atuar em cenários de risco (ex.: tiroteios, acidentes graves)?**

☐ Sim, totalmente suficiente

☐ Sim, mas com limitações

☐ Não, insuficiente

5. **Durante o atendimento de APH em operações, você já se sentiu em risco por falta de preparo ou equipamentos?**

☐ Sim, frequentemente

☐ Sim, algumas vezes

☐ Não, nunca

6. **Quais riscos você mais enfrenta ao realizar APH em operações? (Marque todas que se aplicam)**

☐ Exposição a agressores

☐ Falta de equipamentos de proteção

- ☐ Cenário instável (ex.: trânsito, tumulto)
- ☐ Falta de apoio imediato de equipe médica
- ☐ Nenhum risco significativo

7. **O treinamento em APH da PMGO ensinou você a avaliar a segurança da cena antes de agir?**

- ☐ Sim, de forma clara e prática
- ☐ Sim, mas apenas teoricamente
- ☐ Não, não foi abordado

8. **Você acredita que a formação em APH considera sua segurança como prioridade?**

- ☐ Sim, plenamente
- ☐ Sim, parcialmente
- ☐ Não, não considera

9. **A capacitação em APH aborda aspectos éticos, como o respeito aos direitos humanos da vítima?**

- ☐ Sim, de forma detalhada
- ☐ Sim, de forma superficial
- ☐ Não, não aborda

10. **Na sua opinião, o que mais falta na formação em APH da PMGO para garantir sua segurança? (Escolha uma)**

- ☐ Mais horas de prática
- ☐ Equipamentos adequados
- ☐ Protocolos claros para cenários de risco
- ☐ Nenhum aprimoramento necessário